



REFLEXÕES SOBRE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO COMO INSTRUMENTO DE LUTA NO ATUAL CONTEXTO SOCIETÁRIO

REFLECTIONS ON THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF THE BRAZILIAN SOCIAL SERVICE AS A FIGHTING INSTRUMENT IN THE CURRENT SOCIAL CONTEXT

Patricia Lima do Nascimento¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a importância do fortalecimento do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro como instrumento de luta numa sociedade capitalista tão injusta e desigual. Assim sendo, faz-se necessário a materialização do referido Projeto profissional que intervenha em conjunto com a classe trabalhadora e seus representantes na defesa dos valores e princípios democráticos presentes no código de ética do Assistente Social que preconizam: o reconhecimento da liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, ampliação e consolidação da democracia, entre outros. Ressaltamos que os referidos princípios têm sido desrespeitados e propagados como algo contrário à paz social e aos valores morais conservadores que ressurgem incentivando o discurso da criminalização e ações de repressão policial no enfrentamento da “questão social”.

Palavras-chave: Serviço Social. Projeto ético-político. Brasil.

Abstract

This article aims to reflect on the importance of strengthening the Ethical and Political Project of the Brazilian Social Service as an instrument of struggle in a capitalist society so unjust and unequal. Therefore, it is necessary to materialize the

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

aforementioned professional project that intervenes with the working class and its representatives in defense of the values and democratic principles present in the Code of Ethics of the Social Worker that they advocate: the recognition of freedom, the uncompromising defense of human rights and refusal of agency and authoritarianism, expansion and consolidation of democracy, among others. We emphasize that these principles have been disrespected and propagated as something contrary to social peace and conservative moral values that revive by encouraging the discourse of criminalization and actions of police repression in facing the "social issue."

Keywords: Social service. Ethical-political project. Brazil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, no governo do Presidente Getúlio Vargas, no entanto a institucionalização da profissão só ocorre na década seguinte. A institucionalização das políticas sociais no Brasil, na década de 1940, fornece as bases legais para o exercício profissional do assistente social e para o ensino da profissão. Somente em 1960, com o Movimento de Reconceituação, abre-se a possibilidade para a criação da identidade crítica da profissão que, até então, não questionava a ordem social instituída nem o conservadorismo presente nas ações profissionais.

Nas décadas de 1970 e 1980, continua o engajamento político de uma parte da categoria dos assistentes sociais no processo de redemocratização do país, ao mesmo tempo que, em conjunto com suas instâncias representativas, mantêm-se organizados para criar o que passou a se denominar Projeto ético-político do Serviço Social, o qual se constitui numa tentativa de romper não só com a imagem conservadora, mas com posturas acríticas e submissas à ordem vigente, ainda presentes nas ações profissionais. Na década de 1980, o Serviço Social é considerado por Iamamoto (2007) como uma especialidade do trabalho coletivo, sendo ressignificado socialmente e pensado como participe de um processo de trabalho.

Avançando para a década de 1990, assinalamos a entrada do ideário neoliberal no Brasil, que traz exigências e desafios para o exercício profissional. As

transformações em curso no âmbito do trabalho têm implicado alterações na divisão social e técnica do trabalho, priorizando um trabalhador com múltiplas competências. Sendo assim, as requisições institucionais para o assistente social também se alteram, exigindo um “profissional propositivo”, capaz de criar estratégias e responder com conhecimento teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo às demandas que se apresentam no cotidiano profissional (IAMAMOTO, 2007). Ressaltamos que, no cenário atual, essa propositividade profissional também pode ser usada para atender a interesses meramente institucionais, que se distanciam do compromisso firmado com os usuários, expresso no Código de Ética Profissional do assistente social.

No ano de 1993, foi publicado o Código de Ética Profissional vigente, cujos princípios fundamentais são democráticos e progressistas, pressupõem direcionamento para as ações profissionais, além de se posicionarem a favor de uma nova ordem societária. É importante destacar que este Código profissional refina o conteúdo do anterior e se torna o pilar do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Netto afirma que foi a partir da existência do “Serviço Social crítico”, aquele que propôs a crítica ao denominado “Serviço Social tradicional”, que

hoje implementa o chamado *Projeto Ético-Político* – é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo: é a prova de que, quarenta anos depois, a Reconceituação continua viva (2005, p. 180).

Na atualidade, uma visão conservadora e até mesmo reacionária de mundo ter ganhado força na sociedade brasileira, sendo veiculada na mídia e propagado no âmbito do próprio Estado, que consiste no “velho discurso” do enfrentamento da “questão social” com ações de criminalização e repressão policial. Discurso que tem sido defendido e apoiado por grande parte da população (de diferentes classes sociais). Entendemos que o Projeto ético-político não pode ser considerado um problema e imaterializável, haja vista as contradições presentes na sociedade que contrapõem os princípios democráticos e progressistas expressos no Código de ética do Assistente Social, que o fundamenta.

Justifica-se a relevância do referido trabalho o processo de reflexão teórica que contribuirá para ampliar o debate sobre o Projeto ético-político como um importante instrumento de luta na defesa intransigente de uma sociedade mais justa, com igualdade e justiça social, respeito à liberdade de expressão e pensamento (que não configure arbítrio e autoritarismo, com melhores condições de vida e existência para a classe trabalhadora.

OFENSIVA NEOLIBERAL NO BRASIL E REPERCUSSÕES PARA A CLASSE TRABALHADORA NO PÓS-1990

Antes de abordarmos sucintamente as particularidades da ofensiva neoliberal no Brasil, cabe iniciarmos este tópico do trabalho, situando o referido país dentro do contexto político, econômico e social da América Latina que vive a imposição do receituário neoliberal pelos países centrais de economia capitalista, resultante das decisões tomadas no Consenso de Washington,² que tem como eixo as seguintes propostas, conforme expõe Soares:

[...] propõe para a América Latina a liberalização comercial e financeira a todo custo, entra em aberta contradição com o intenso neoprotecionismo nos países centrais. Na realidade, esse modelo de caráter monetarista se reduz à instalação de políticas macroeconômicas que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos para pagar a dívida externa e as importações e controlar a inflação através de medidas recessivas (2000, p. 15-16).

Segundo Soares (2000), o primeiro país da América Latina a entrar no processo de ajuste fiscal, implementando as reformas neoliberais, foi o Chile, em 1970. Uma grande parte dos países pertencentes à América Latina iniciou o ajuste na década de 1980, no entanto foi na virada para a década de 1990 que,

² Consiste em um “conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes” (TAVARES; FIORI, 1993, p. 18).

preponderantemente, a maioria dos países aderiu e/ou aprofundou as propostas de ajustes e reformas macroeconômicas preconizadas pelos organismos internacionais.

Soares (2000) enfatiza que a cartilha imposta pelos organismos internacionais também passa por períodos de mudanças. Na década de 1980, utilizava-se o discurso de ajuste na economia através do corte dos gastos públicos, com o objetivo de saldar a dívida externa. Na década de 1990, mantém-se o corte nos gastos públicos, porém agora há um incentivo para importar com o argumento de aumentar a competitividade. A dívida externa seria paga com o capital externo que passou a circular no interior dos países periféricos. O corte nos gastos públicos serviu de estratégia para minimizar a responsabilidade do Estado na área social. Nesse sentido, o receituário neoliberal foi apropriado pelos países periféricos a partir de três objetivos principais:

- a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de lograr um maior grau de competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas (SOARES, 2000, p. 24).

A partir dos elementos expostos anteriormente, podemos analisar que as reformas de cunho neoliberal implementadas forçadamente na América Latina, principalmente a partir de 1980, centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado trazem consequências que podem se tornar cada vez mais difíceis de reverter, como, por exemplo, o caso das políticas neoliberais focalizadas e fragmentadas, que são colocadas como medidas temporais, mas que se mostram permanentes (SOARES, 2001).

No Brasil, a doutrina neoliberal iniciou-se na década de 1990, no governo do presidente Fernando Collor de Melo, prosseguindo, apesar de diferenças, pelos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). De acordo com Soares (2001), o país foi pego pelas políticas neoliberais, quando estava a caminho de construir seu Estado de

bem-estar social. Sendo assim, o ataque aos princípios universalizantes das políticas sociais, garantidos na Carta constitucional de 1998, sofreram modificações em sua base e, paulatinamente, foram substituídas por políticas focalizadas e privatizantes.

Soares (2001) salienta que, para a viabilização de tais propostas, a base ideológica difundida foi a da ineficiência do Estado em fazer alavancar o setor econômico, evidenciando o setor privado como único agente capaz de tal possibilidade. A autora complementa que essa ideologia se estendeu para outros setores como: educação e saúde, mais uma vez sobressaltando a lógica privatista como possibilidade de sucesso dessas áreas sociais.

Para Mota e Amaral (2010), o pensamento neoliberal é a expressão particular de um movimento internacional, marcado pela globalização, que, no Brasil, consolida-se como uma estratégia

estruturadora de uma cultura moderna, tendo como principais vetores a competência e a eficiência do setor privado, a desresponsabilização do Estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho, concretizando a difusão massiva de ideias e valores que reconceituam as reivindicações e conquistas históricas das classes trabalhadoras (p. 35).

A reestruturação produtiva no Brasil aprofunda o desemprego estrutural, elevando o número de trabalhadores que passarão a depender de atividades laborativas informais para suprir suas necessidades materiais. O novo e o velho se combinam, resgatando e inovando formas de produção e reprodução da força de trabalho.

A partir da década de 1990, observa-se um grande crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades brasileiras, passando a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. Paralelamente a esse aumento, tem-se o crescimento de outras formas de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto mais amplo de precarização do trabalho (ALVES; TAVARES, 2006, p. 428).

Alves e Tavares (2006) ressaltam que as formas precarizadas de trabalho ocorrem em escala mundial, no entanto, no Brasil, são intensificadas a partir dos anos 1990. A economia informal se dinamiza dentro das relações sociais capitalistas

e depende do movimento do mercado de trabalho regulamentado para vender seus serviços e mercadorias. O crescimento do desemprego, bem como a concorrência com outros trabalhadores informais, tem ocasionado a diminuição de renda adquirida daqueles inseridos no mercado informal de trabalho.

Entre os impactos provocados pela referida reestruturação produtiva, podemos citar: a flexibilização de direitos, o aumento do desemprego, a precarização das relações de trabalho. Um processo em curso agravado com as “famosas” políticas de ajustes nas áreas sociais, cortes nos serviços públicos, destituição dos direitos trabalhistas, privatização, perda de autonomia dos Estados nacionais em gerir seus próprios recursos, principalmente nos países periféricos, entre outras (ANTUNES, 2009; NETTO; BRAZ, 2012).

Partindo para o estudo do impacto das reconfigurações no âmbito do trabalho para o Serviço Social, é fato que a década de 1990 representou um momento de grande desafio para a categoria dos assistentes sociais em virtude da implementação da agenda neoliberal no Brasil, explicitando o caráter contraditório do Projeto Ético-Político do Serviço Social com o projeto neoliberal que visa à flexibilidade de direitos sociais, particularmente os trabalhistas, acarretando perdas para a classe trabalhadora. O ataque aos princípios universalizantes das políticas sociais garantidos na Carta constitucional de 1988, e sua substituição por políticas neoliberais focalizadas e privatizantes, sob o consentimento do Estado, tem gerado “um conjunto de propostas de reformas dos programas sociais, movendo-se sobretudo num campo mais prático de prescrições para as políticas públicas no setor social” (DRAIBE, 1993, p. 86).

As implicações decorrentes das reconfigurações no âmbito do trabalho também repercutem na forma como o assistente social vai responder às demandas da população que é por ele atendido. Com o aumento do desemprego, eleva-se concomitantemente o número de usuários que passará a requerer os serviços socioassistenciais configurados nas políticas sociais, as quais, na era do neoliberalismo, são reduzidas pelo corte efetuado pelo Estado na área social. Salientamos que a política de assistência social, que deveria ser prestada “para quem dela necessitar”, conforme preconiza o artigo 203 da Carta Constitucional de

1988, encontra-se condicionada pelos critérios de miserabilidade e comprovação de renda dos membros que compõem o núcleo familiar, para acesso aos programas e benefícios sociais. Ou seja, diante do que expusemos, o Serviço Social

Vem sofrendo consistentes repercussões no seu âmbito de ação, não só por seus agentes serem trabalhadores assalariados, mas por serem trabalhadores assalariados que trabalham nas políticas sociais em função das expressões da “questão social”, num momento em que as propostas para o enfrentamento da “questão social” não ultrapassam perspectivas assistencialistas, que articulam focalização e repressão e reforçam a face repressiva da segurança pública (FORTI, 2010, p. 85).

Os desdobramentos desse contexto incidem ainda mais intensamente quando o assistente social, profissional assalariado, está submetido a contratos temporários, terceirizados e a subcontratados. Tais fatores, além de comprometerem a sua autonomia técnica, também limitam o desenvolvimento de suas competências e atribuições privativas no cotidiano de trabalho. Para Ceolin,

As condições sócio-históricas atuais exigem uma competência profissional sociopolítica, alicerçada em um referencial teórico que permita a apreensão das mediações presentes entre a singularidade dos sujeitos e a universalidade de suas determinações, e a construção de uma instrumentalidade que potencialize o exercício profissional em direção aos princípios e diretrizes expressos no processo histórico de construção do Projeto Ético-Político profissional e na organização da categoria e de suas entidades representativas (2014, p. 261).

As reconfigurações no âmbito do trabalho afetam o exercício profissional do assistente social e, conseqüentemente, a efetividade do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social. Segundo Forti, os princípios referendados no Projeto Profissional do Serviço Social

só ganham significado, só podem ser objetivados, no âmbito das situações concretas, ou seja, no cotidiano do exercício profissional. Se assim não for considerado, incorreremos nos limites do formalismo, cuja lógica do “dever ser” obscurece a importância dos elementos materiais, transformando a ética em mero conteúdo prescritivo desvinculado da realidade concreta (do ser), ou de um plano ideal que sustenta uma ética da intencionalidade, no qual a intenção do ato constitui critério decisivo (2010, p. 122).

É importante salientar que tais princípios fundamentais não se esgotam na ação profissional, embora através dela, no cotidiano profissional e na relação com

outros trabalhadores, movimentos sociais e demais representantes da luta em prol da classe trabalhadora, se vislumbre a materialização do atual projeto profissional do Serviço Social, que também pressupõe “a construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CRESS, 2008, p. 34).

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO SOCIETÁRIO NO BRASIL

Segundo autores como Netto (2008 b) e Iamamoto (2010), foi na transição da década de 1970 para a década de 1980, no auge de um amplo movimento de lutas pela democratização política do país e da sociedade, que se inscreveu a primeira condição política para a construção do atual projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Ressaltamos que Forti (2010), considera que, os desdobramentos do Movimento de Reconceitualização no Serviço Social brasileiro, a partir do seu veio de inspiração mais crítica, constituiu o “solo histórico”, para o que hoje se denomina no interior da profissão, de Projeto ético-político.

Segundo Iamamoto (2012, p. 44),

o desafio é tornar esse projeto guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva. Para tanto, é necessário articular as dimensões ético-políticas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho profissional em que se materializa.

Como sinalizou Forti (2010), o referido projeto só se concretiza no âmbito do cotidiano. Portanto, consideramos que o desenvolvimento de ações ético-política e político-pedagógicas no exercício da profissão no cotidiano profissional junto aos usuários, contribui para caminharmos nos rumos preconizados pelo referido projeto profissional. Como explicitam Teixeira e Braz (2009):

A partir das contradições de classes que determinam a profissão [...] os assistentes sociais podem, desde que num ambiente de democracia política – o que significa afirmar que tal democracia é um pressuposto para a própria existência do Projeto Ético-Político –, escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso,

projetar ações que demarquem claramente os compromissos ético-políticos profissionais (*Ibidem*, p. 11).

A dificuldade de compreender o alcance de suas ações, ou de relacioná-las ao atual Projeto Ético-Político do Serviço Social colabora para que muitos profissionais considerem o referido projeto um problema e imaterializável.

Entendemos que o atual Projeto Ético-Político se vincula ao processo de construção de uma nova sociedade, centrada em princípios democráticos e universalizantes, com igualdade e justiça social, sem exploração de uma classe sobre a outra. Embora o referido projeto, como já dissemos, pressuponha a construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, gênero, etnia, é dentro do atual modelo de sociedade que tem que se iniciar a luta por tal objetivo. A transformação da história depende inclusive e principalmente da intencionalidade e compromisso da classe trabalhadora e seus representantes com os projetos que defendem. Netto expõe que:

É evidente que a preservação e o aprofundamento deste projeto, nas condições atuais, que parecem e são tão adversas, dependem da vontade majoritária do corpo profissional – porém não só dela: também dependem vitalmente do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão pressionado e constrangido nos últimos anos (2008b, p. 158).

De acordo com o referido autor, os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, os valores que a legitimam, os objetivos e funções, os requisitos teórico, práticos e institucionais para o seu exercício. Netto (2008b) ressalta que, em tempos de projeto societário de cunho neoliberal, cujos desdobramentos são a privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza, “o Projeto Ético-Político do Serviço Social tem futuro” (*Ibidem*, p. 158). Concordamos com a afirmação do autor, pois consideramos que o desafio é exatamente este: conseguir efetivá-lo no atual contexto societário, cuja propagação da barbárie e do ódio tem ganhado simpatizantes até mesmo no interior da classe trabalhadora, que mesmo

vivenciando a opressão do Estado e seus representantes, bem como de parte da sociedade no cotidiano apoiam tais discursos.

O entrevistado 4 sinaliza outra problemática que afeta o Serviço Social, a que diz respeito aos “impactos de uma visão conservadora e até mesmo reacionária de mundo ter ganhado força na sociedade brasileira nos últimos períodos”, que, segundo o entrevistado, tem sido defendida sem grandes dificuldades por alguns profissionais do Serviço Social. Podemos ver na mídia, na atualidade, o investimento forte, no âmbito do próprio Estado em propagar o “velho discurso”, do enfrentamento da “questão social” com ações de criminalização e repressão policial. Discurso que tem sido defendido e apoiado por grande parte da população (de diferentes classes sociais). O extermínio dos considerados por parte da sociedade, como “classe perigosa”, tem sido incentivado e aclamado como política de segurança pública.

A partir do exposto acima, torna-se necessária a atuação e intervenção dos Assistentes Sociais em conjunto com movimentos sociais e outros profissionais comprometidos com a superação da “questão social” e transformação desta sociedade em outra mais justa para se viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo tem mostrado a sua face mais cruel, preconceituosa e discriminatória. No atual contexto societário, há um clamor declarado, seja pelo Estado ou por parte da sociedade, pelo extermínio dos considerados integrantes da “classe perigosa”, em alguns casos, basta apenas ter o perfil (negro e pobre) para ser considerado uma ameaça à sociedade. O referido clamor se estende também aos novos arranjos familiares, ao grupo familiar diferente da família nuclear (formado por pai, mãe e filhos), estes têm sido alvo de concepções preconceituosas por parte dos conservadores, gerando ações de ódio e violência contra aqueles que têm uma opção sexual diferente das consideradas culturalmente “tradicional” e “normal”.

Consideramos que o compromisso com o Projeto Ético-Político crítico do Serviço Social e a reflexão do profissional sobre as representações que faz da

profissão e da intencionalidade das atividades que ele realiza juntos aos usuários se tornam um caminho para mudança e aprimoramento de atitudes. É preciso compreender que esse projeto foi construído respaldado em compromissos e valores democráticos assumidos pela categoria profissional. Ele vislumbra a concretização de situações que favoreçam a classe trabalhadora em todos os sentidos de sua existência (material, objetivo e subjetivo), sendo um instrumento de luta numa sociedade tão injusta e desigual.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. **A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. – São Paulo, Cortez, 2010.
- CEOLIN, G. F. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª. REGIÃO (CRESS). **Código de Ética do Assistente Social de 1993**. In: *Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções*. 5. ed. Rio de Janeiro, p. 30-44, 2008.
- DRAIBE, S. **As políticas sociais e o neoliberalismo** – Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. In. *Revista USP*, Mar./ Abr./ Mai. 1993. p. 86-101.
- FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- FORTI, V.; COELHO, M. **Contribuição à crítica do Projeto Ético-Político do Serviço Social: considerações sobre os fundamentos e cotidiano institucional**. In: *Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições a sua crítica*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2015.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R.. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In: CFESS. *Atribuições privativas do assistente social em questão*. Brasília, 2012, p. 33-74.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2013.

NASCIMENTO, P. L.

Reflexões sobre o projeto ético-político do serviço social brasileiro como instrumento de luta no atual contexto societário

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. ***Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64***. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008 a.

A construção do Projeto Ético-Político do Serviço social. In: *Serviço Social e saúde: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2008b.

SANTOS, C. M. ***Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil***. 2006. Tese (Doutorado em XXX) – UFRJ/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, S. M. M. R. **O CFESS na defesa das condições de trabalho e do Projeto Ético-Político profissional**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 104, p. 695-714, 2010.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, J.B.; BRAZ, M. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.